

NO CLIMA DA AGROECOLOGIA

OUTUBRO * 2025 * EDIÇÃO ESPECIAL



NOTÍCIA

Mapeamento inédito evidencia como mais de 500 experiências de agroecologia estão enfrentando as mudanças climáticas

Iniciativas apontam soluções para transformação dos sistemas alimentares e a necessidade de apoio adequado por políticas públicas. Páginas 4 e 5

Mapeamento em números

As experiências analisadas, em todos os estados do Brasil, apontam para os desafios provocados pelas mudanças climáticas, ao mesmo tempo que elucidam saídas. Páginas 8 e 9

CIDADES

Em meio a desafios, cidades apresentam soluções para adaptação frente às mudanças climáticas

Mapeamento identifica que 37,8% das experiências cadastradas atuam com agricultura urbana. Página 6



Horta Canto da Pedra, Vitória (ES) | Acervo do Agroecologia em Rede.

MEIO AMBIENTE

Diante das ameaças do agronegócio, experiências agroecológicas fortalecem a agrobiodiversidade

Para além de formas sustentáveis de produção de alimentos, os sistemas agroecológicos têm a diversidade na centralidade das suas práticas. Página 7

POLÍTICA

A urgência de um “olhar agroecológico” sobre as mudanças climáticas

Soluções que deveriam ser devidamente apoiadas seguem negligenciadas pelo Estado. Página 3

OPINIÃO

Agroecologia: um celeiro de soluções

Agroecologia no território, justiça climática no planeta. Página 10

TECNOLOGIA

Tecnologias sociais transformam territórios e reforçam resiliência da agricultura familiar

Iniciativas afirmam a potência da gestão partilhada dos bens comuns da natureza. Página 14

COMUNICAÇÃO

Comunicação para justiça climática

Mapeamento identifica que 95% das experiências de agroecologia analisadas desenvolveram práticas de comunicação para divulgar suas ações. Página 15

CIDADANIA

Valores incompatíveis

A agroecologia e a diversificação da alimentação são soluções centrais. Página 13

ECONOMIA

A economia brasileira da agroecologia rumo à justiça climática

Cuidar do solo, garantir boas sementes, cultivar a terra, colher. E depois? Página 11

SAÚDE

Saúde das pessoas e do ambiente e vigilância popular integram experiências de agroecologia no enfrentamento das mudanças climáticas

A horta comunitária para alimentação das famílias e comercialização é também espaço de partilha sobre temas importantes, como violência, racismo e desigualdades de gênero. Página 12

PREVISÃO DO TEMPO

Sem Clima para falsas soluções

Agroecologia nos territórios é caminho possível e urgente para justiça climática no planeta. Página 16

Expediente

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) estimula a livre circulação deste texto. Sempre que for necessária a sua reprodução total ou parcial, solicitamos que a publicação **No Clima da Agroecologia** seja citada como fonte. A versão eletrônica deste documento está disponível no site www.agroecologia.org.br, onde também se encontram materiais complementares à iniciativa “Redes de agroecologia no enfrentamento às mudanças climáticas: uma pesquisa-ação desde os territórios”.

Coordenação editorial

Helena Rodrigues Lopes
Marcelo Oliveira de Almeida

Organização e análise de dados e elaboração do texto

Helena Rodrigues Lopes
Luísa Melgaço Ferreira Jorge Marques
Marcelo Oliveira de Almeida
André Ruoppolo Biazoti

Elaboração do texto “Agroecologia: um celeiro de soluções”

Paulo Frederico Petersen

Organização de mapa interativo

André Ruoppolo Biazoti

Pesquisa e mobilização nos estados e regiões

Cecile Marie Yvonne Gabrielle Follet
Lívia Silva Santos
Luísa Melgaço Ferreira Jorge Marques
Luiza Carolina da Silva
Valéria Surubi Barbosa

Revisão Técnica

Flavia Londres da Cunha
Morgana Mara Maselli

Revisão de texto

Thalita Rody Machado

Ilustrações

Beatriz Cancian Silva

Projeto gráfico e diagramação

Ghiulia Cabral Martins

Editorial



Tem jornal novo na banca! Mas antes de falar sobre o conteúdo apresentado no jornal **No Clima da Agroecologia**, vamos contar de onde veio a ideia que levou ao seu surgimento.

Quando a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) criou, em 2023, o Grupo de Trabalho (GT) Justiça Climática e Agroecologia, já se fazia evidente a necessidade de aprofundar a reflexão sobre como a agroecologia tem entendido as mudanças climáticas.

Os GTs e Coletivos da ANA – dos quais participam organizações, redes e movimentos sociais – são espaços privilegiados de intercâmbio de experiências, formulação de propostas de ação coletiva e incidência em políticas públicas. Além do GT Justiça Climática e Agroecologia, a ANA possui, atualmente, em sua estrutura organizativa, os GTs de Biodiversidade, Mulheres, Juventudes, Povos Indígenas, Construção do Conhecimento Agroecológico, assim como o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e a Coletiva de Comunicação.

Cada GT e cada Coletivo foram constituídos em momentos distintos da trajetória da ANA, que completa 23 anos de existência em 2025. No entanto, o mais importante é destacar que essas instâncias surgem a partir de processos auto-organizativos, conectados com a conjuntura e com as demandas apontadas pelos territórios, buscando sempre fazer sentido para as realidades locais.

Foi nessa perspectiva – e a partir de reflexões e propostas definidas coletivamente – que a ANA avaliou ser o momento de criar o GT Justiça Climática e Agroecologia. A primeira ação pública promovida pelo GT foi a realização do “Mapeamento Agroecologia, Território e Justiça Climática”, de março a setembro de 2025, com a intenção de compreender o cenário atual relacionado às ações de agroecologia diante da crise climática.



GT Justiça Climática e Agroecologia | Acervo Agroecologia em Rede.

Sobre o jornal

Agora chegou o momento de contarmos o que trazemos neste jornal: transformamos em matérias os principais resultados do mapeamento. São notícias “frescas” vindas das mais de 500 experiências analisadas pela iniciativa, que nos apontam como a agroecologia que acontece nos territórios tem agido frente às mudanças climáticas no planeta.

Quem protagoniza essas ações? Quem é responsável por intensificar a crise climática? Quais são os desafios enfrentados e que caminhos as experiências apontam como soluções? As respostas a essas e outras questões, vindas da percepção de quem está nos territórios construindo a agroecologia, é o que você vai encontrar no nosso jornal.

Nas páginas 4 e 5, a matéria de capa traz um panorama dos principais resultados do mapeamento. E bem no centro do jornal, nas páginas 8 e 9, apresentamos um mosaico de gráficos e números totalizantes dos dados levantados. Essas duas seções nos ajudam a ter um olhar mais abrangente para o quadro que foi pintado pelo mapeamento com as tintas e cores de quem faz da agroecologia sua arte nas diferentes regiões do Brasil.

Nas demais seções do jornal, cada notícia corresponde a uma análise direcionada por áreas temáticas relacionadas à agroecologia, como cidades, economia, meio ambiente, cidadania e comunicação. Ou seja, é a lupa sendo colocada em partes de um quadro complexo e com muitos cenários interligados.

Em 2025, a agroecologia e suas potencialidades precisam ganhar ainda mais evidência, pois é ano de realização do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em outubro, e da Cúpula dos Povos e da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que acontecerão no Brasil, em novembro.

Assim, acreditamos que esse jornal chega em momento oportuno para somar e fortalecer as alianças em torno da justiça climática. Sob a perspectiva da agroecologia, as informações levantadas podem ser utilizadas para influenciar o desenho de políticas públicas e os espaços de participação da sociedade civil que tratam da pauta climática. Ao fornecer dados concretos, baseados na realidade dos territórios, nossa intenção é reafirmar a compreensão de que fortalecer a agroecologia nos territórios é promover justiça climática no planeta.

O potencial transformador de uma pesquisa-ação

As iniciativas de construção do conhecimento promovidas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) prezam pela participação ativa de quem constrói a agroecologia no dia a dia, de modo que todas as pessoas envolvidas na pesquisa sejam protagonistas das reflexões.

Ao adotar a metodologia de pesquisa-ação em seus processos de investigação, o objetivo é que a análise coletiva, que identifica problemas e soluções, seja capaz de contribuir para a transformação desejada no território.

Com o “Mapeamento Agroecologia, Território e Justiça Climática” não foi diferente. Inserida no projeto “Redes de agroecologia no enfrentamento às mudanças climáticas: uma pesquisa-ação desde os territórios”, a iniciativa corresponde a uma etapa importante de um processo mais amplo de produção de conhecimento.

De forma bem resumida, podemos dizer que o projeto tem duas etapas de investigação. A primeira acontece em 2025, com a realização de um mapeamento nacional. E a segunda etapa acontecerá de janeiro a setembro de 2026, a partir da promoção de uma série de atividades para analisar coletivamente as ações promovidas por cinco redes de agroecologia, uma em cada região brasileira.

Os dados do mapeamento foram coletados por meio de um formulário online, entre os meses de abril e junho de 2025. Além do apoio dos coletivos, organizações e redes de agroecologia para divulgação do formulário em seus territórios, a iniciativa contou com uma equipe composta por cinco pesquisadoras, uma de cada região do Brasil, que teve a responsabilidade de mobilizar e buscar o engajamento de mais pessoas no cadastramento.

Essa equipe também foi responsável por realizar uma revisão preliminar das informações e dos cadastros preenchidos, com o objetivo de garantir a qualidade e a consistência das informações coletadas.

Esse processo resultou na identificação de 516 iniciativas de agroecologia, já cadastradas e disponíveis para consulta no site do Agroecologia em Rede (AeR), uma plataforma com mais de 4 mil experiências, iniciativas e políticas públicas em agroecologia. No entanto, para análise dos dados, foram consideradas 503 experiências, uma vez que as outras 13 não cumpriram alguns requisitos da pesquisa. Na nossa compreensão, apesar do número expressivo de experiências identificadas, elas representam um universo ainda mais amplo de centenas de outras iniciativas que não foram registradas.

É importante destacar, ainda, o caráter autodeclaratório do mapeamento; ou seja, todas as informações foram fornecidas diretamente pelas/os representantes das iniciativas que preencheram o formulário. Essa abordagem contribuiu para que as pessoas que responderam às questões pudessem compartilhar suas percepções sobre os impactos das mudanças climáticas e sobre as práticas de adaptação e mitigação promovidas pela própria experiência.

POLÍTICA

A urgência de um “olhar agroecológico” sobre as mudanças climáticas

Enquanto as métricas de gases de efeito estufa ditam a atenção sobre as mudanças climáticas, as causas das secas, cheias e desmatamento seguem como se não fossem parte do problema. Ao mesmo tempo, as soluções que deveriam ser devidamente apoiadas seguem negligenciadas pelo Estado.

No Brasil, segundo dados do Relatório de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa dos Sistemas Alimentares (2023), do Observatório do Clima, os sistemas alimentares corresponderam, em 2021, a mais de 73% das emissões brutas. Isso significa que as formas predominantes de plantio, colheita, beneficiamento, empacotamento, distribuição, consumo, desperdícios e resíduos são os principais motores das mudanças climáticas no país.

No mundo, de acordo com pesquisa realizada em 2021, publicada no periódico Nature Food, essas emissões correspondem a 1/3 das emissões totais. Além disso, segundo o relatório de 2025 do Painel Internacional de Especialistas

em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food), 40% dos petroquímicos (derivados do petróleo) são destinados aos sistemas alimentares: 6% para plásticos e 34% para a produção de fertilizantes químicos.

Diante dessa realidade, grandes empresas e corporações que compõem o sistema alimentar hegemônico têm buscado adaptar seus discursos e produtos, adotando uma postura considerada mais sustentável e utilizando conceitos e práticas como agricultura regenerativa, plantio direto, selos de responsabilidade ambiental, transição energética e participação no mercado de carbono.

Breno Bringel e Maristela Svampa, pesquisadores do Pacto EcoSocial e Intercultural del Sur, alertam no entanto, que essas medidas se orientam, por um novo pacto geopolítico baseado no consenso da descarbonização. Nessa lógica, a Floresta Amazônica e o Cerrado devem ficar de pé não porque são locais onde estão a agricultura familiar e povos e comuni-

dades tradicionais, além de uma indescritível biodiversidade, mas porque representam uma biomassa gigantesca de estoque de carbono.

As chamadas “falsas soluções” mascaram a causa e a responsabilidade do sistema agroalimentar hegemônico nas alterações do clima e da paisagem, a exemplo do desmatamento que acontece nas novas áreas de fronteiras agrícolas, como o Oeste da Bahia. Sob o avanço desse modelo, a natureza e os conhecimentos constituídos pelos povos são convertidos em mercadorias.

Denunciar a engrenagem do sistema alimentar hegemônico é anunciar a agroecologia e as práticas da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais na produção de alimentos diversos, que segue o ritmo da sazonalidade, de insumos produzidos localmente, da conexão com os territórios e da valorização dos circuitos curtos de comercialização. *É contar novas histórias para adiar o fim do mundo*, como ensina Ailton Krenak.

NOTÍCIA

Mapeamento evidencia como mais de 500 experiências de agroecologia estão enfrentando as mudanças climáticas

Iniciativas apontam soluções para transformação dos sistemas alimentares e a necessidade de apoio adequado por políticas públicas

O “Mapeamento Agroecologia, Território e Justiça Climática”, realizado de abril a junho de 2025 pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), analisou 503 experiências de agroecologia que têm promovido adaptação, mitigação e resiliências nos territórios frente às mudanças climáticas. As experiências – cadastradas na Plataforma Agroecologia em Rede – são protagonizadas por distintos sujeitos em todos os estados do Brasil, estão localizadas em 307 municípios e envolvem mais de 20 mil pessoas em seus territórios.

Sob a perspectiva do sistema industrial de produção, há uma tendência generalizada a homogeneizar processos, práticas e sujeitos, de forma que tudo vire mercadoria e esteja

acessível por meio do mercado. Mas, mesmo inseridas neste cenário, as experiências demonstram como a agroecologia, ao insistir em adotar a diversidade como um princípio orientador, é capaz de colocar na centralidade as distintas formas de vida, de territórios, de conhecimentos e de culturas que residem em um chão comum.

Os resultados do mapeamento apontam para estratégias coletivas de construção de sistemas alimentares baseados em valores como cooperação, solidariedade e complementaridade com a natureza. Um primeiro destaque está relacionado à centralidade de ações desenvolvidas pelas experiências no que se refere à produção, beneficiamento, acesso a alimentos

e mercados. Do total das iniciativas analisadas, 35% identificaram-se a partir destes focos, reafirmando a responsabilidade da agroecologia na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e na democratização dos sistemas alimentares. As experiências se dedicam, por exemplo, à construção de novas economias, seja por meio de feiras, mercados institucionais e parcerias com cozinhas solidárias e bancos de alimentos, seja por meio de trocas e doações de alimentos.

As estratégias de conservação da agrobiodiversidade e a convivência com os territórios foram focos de 31,4% das experiências. Têm-se aí combinações de práticas de regeneração ecológica, como manejo do solo, Sistemas Agroflorestais (SAFs) e salvaguarda de espécies vegetais e animais, bem como agrícolas e nativas. Importa destacar a presença dos SAFs desempenhando uma multiplicidade de papéis: produção de alimentos, reflorestamento/recaatingamento, diminuição da temperatura, conforto térmico e absorção de gases de efeito de estufa.

A pesquisa identificou, ainda, uma série de iniciativas de construção do conhecimento (14,7%) que têm buscado elaborar, desde os territórios, compreensões acerca da relação entre a agroecologia e o enfrentamento das mudanças climáticas. A promoção da saúde foi foco de 4,6% das experiências, com destaque para a saúde das pessoas e do ambiente. Por fim, 2,2% das experiências identificaram que seu trabalho tem como principal atividade a gestão de resíduos sólidos e 1% afirmou ser sobre produção de bioinsumos.

O foco prioritário buscou captar quais práticas tinham centralidade na percepção das/os próprias/os protagonistas das experiências. Mas é importante ressaltar que as iniciativas não restringem sua atuação apenas ao foco selecionado. Experiências de produção de alimentos, por exemplo, têm trabalhado com a produção de bioinsumos, visando à diminuição da dependência de insumos externos. De maneira semelhante, práticas de conservação da biodiversidade e dos territórios se entrelaçam com práticas de saúde, a partir da compreensão de que cuidar da terra é cuidar da vida.



Agroflorestas amigas de pássaros e pessoas, Murici (AL) | Acervo do Agroecologia em Rede.



Projeto Lótus: a economia criativa das mulheres defensoras de territórios em conflito com a mineração em Minas Gerais | Dayane Tropicaios.

Percepções sobre os impactos das mudanças climáticas

Os sujeitos que protagonizam as experiências percebem de distintas formas os impactos das mudanças climáticas, sendo que, para 66% das experiências, as mudanças no clima aconteceram nos últimos 10 anos, um período curto, porém de alterações profundamente significativas.

O aumento da temperatura foi um fenômeno citado por mais de 73% das experiências. Em seguida, estão as percepções associadas à alteração do calendário de chuva (70,8%), diminuição da chuva (57,3%) e da disponibilidade hídrica (50,3%), chuvas extremas (37%), alagamento de áreas (26%) e aumento das chuvas (25%).

Alterações na composição da flora nativa foram percepções de 36,2% das experiências. No que se refere à saúde das pessoas, 34,4% das experiências perceberam o aumento de enfermidades nos territórios associadas às mudanças climáticas. A piora da qualidade do ar foi percebida por 42,9% das experiências, sobretudo em grandes centros urbanos e áreas de mineração.

Os impactos sobre a produção também são alarmantes. A diminuição e a perda da produção, assinaladas por 56,3% e 48,1% das experiências, respectivamente, apresentam um cenário de insegurança alimentar e nutricional devido não somente à diminuição da quantidade de alimentos disponíveis, mas também da qualidade alimentar.

Soluções reais

Nos distintos territórios, as experiências têm percebido como suas práticas contribuem para o enfrentamento das mudanças climáticas, seja no âmbito da adaptação, da mitigação ou da promoção da justiça climática. Entre elas, destacam-se o manejo e conservação do solo (70,7%) e da água (42%), a diversificação dos sistemas produtivos (63%), o plantio de árvores e reflorestamento (56,9%), a compostagem (52,7%) e o tratamento ecológico de esgotos (26,2%). Mesmo a partir de referências comuns, essas práticas são adequadas às especificidades de cada território, como a escolha das espécies e variedades, o cultivo em Sistemas Agroflorestais (SAFs), hortas e roçados e as técnicas de ciclagem da matéria orgânica.

O mapeamento indica que é nos territórios onde estão anunciados caminhos para o enfrentamento das mudanças climáticas e para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional. E é nessa perspectiva territorial que deveria atuar o Estado, apoiando as estratégias que, de forma inseparável, são capazes de transformar os sistemas agroalimentares e combater a emergência climática. No entanto, importa frisar que somente 37,2% das experiências disseram acessar políticas públicas.

Além do apoio diminuto do Estado, as experiências vivenciam ameaças constantes nas distintas regiões do país: grandes empresas e corporações foram identificadas como propagadoras de conflitos, impulsionando o uso de agrotóxicos (55,5%), os monocultivos (42,3%) e a contaminação por transgênicos (24,5%). O mapeamento apontou ainda que, de acordo com 221 iniciativas, o agronegócio tem intensificado as mudanças climáticas nos territórios.



Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), Barra do Turvo (SP) | Bruna Massis.



Grupo bem-viver de agroecologia, Cacoal (RO) | Leuziene Lopes.

CIDADES

Em meio a desafios, cidades apresentam soluções para a adaptação frente às mudanças climáticas

Mapeamento inédito identifica que 37,8% das experiências cadastradas atuam com agricultura urbana e demonstram como se organizam para construir futuros possíveis nas cidades

A presença pulsante de experiências agroecológicas nas cidades foi um resultado expressivo do “Mapeamento Agroecologia, Território e Justiça Climática”. Das 503 experiências analisadas, 214 disseram estar em meio urbano ou periurbano. A análise dos dados da pesquisa também aponta que 42,5% do total apresentam a agricultura urbana como um tema e/ou envolvem diretamente agricultoras/es urbanas/os em suas ações.

Essas experiências resistem à especulação imobiliária (47%) e ao uso intensivo de agrotóxicos (39%), e mais da metade das experiências localizadas em áreas urbanas e periurbanas considera a piora na qualidade do ar uma consequência das mudanças climáticas (53,7%). Esse impacto é especialmente percebido na Região Sudeste e está intimamente associado ao uso do solo.

Os dados também reafirmam a invisibilidade das experiências de agricultura urbana que, em 67% dos casos, não acessam nenhuma política

pública. Essa informação converge com as reflexões feitas durante o 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU), que aconteceu na cidade de Recife (PE), entre os dias 30 de julho e 2 de agosto de 2025. O evento contou com a participação de mais de 300 agricultoras e agricultores urbanas/os de 20 estados brasileiros, que se reuniram para apresentar suas experiências e discutir os desafios e as oportunidades para o fortalecimento da agricultura urbana no Brasil.

O 2º ENAU colocou em evidência a diversidade de sujeitos envolvidos com o tema no país, buscando construir cidades resilientes frente às mudanças climáticas, mas ainda não reconhecidos pelos benefícios que trazem. Como disse Gilda Martins, agricultora urbana de Belém (PA), durante o encontro:

“Falar de agricultura urbana é falar de resistência, luta e transformação”.

Soluções que vêm das cidades

Apesar dos desafios, os caminhos apontados pela agricultura urbana e protagonizados pela sociedade civil nos territórios envolvem a conservação e manejo do solo em arranjos coletivos e comunitários, a diversificação da produção – em hortas, roças, Sistemas Agroflorestais (SAFs) e quintais – e a constituição de circuitos curtos de produção, consumo e descarte de alimentos. Em relação ao descarte de alimentos, destacam-se técnicas como a compostagem, que promove a circularidade dos nutrientes e reduz a emissão de gás metano pela contaminação de resíduos orgânicos nos lixões e aterros sanitários.

A pesquisa aponta que as práticas de agricultura nas cidades também estão diretamente relacionadas ao plantio de árvores em áreas urbanas, buscando reduzir os efeitos de “ilhas de calor” e o aumento de temperatura percebidos pelos sujeitos.

As experiências nos territórios, protagonizadas, em grande parte, por mulheres em periferias urbanas, expressam, ainda, a potência da agricultura urbana na promoção da justiça climática. Entre as 214 experiências localizadas em meio urbano e periurbano, 49 são protagonizadas por mulheres negras. Da *Horta Planta Vida*, localizada em uma ocupação urbana em Belo Horizonte (MG), a agricultora urbana Alexandra Santos afirma:

“A partir da transformação do local, que antes era um lixão, construímos uma horta comunitária de solo fértil, onde se produz de forma agroecológica alimentos saudáveis que são consumidos, doados, trocados e vendidos dentro e fora da Ocupação, gerando trabalho, renda, segurança alimentar e nutricional e recuperação ambiental”.



Horta Planta Vida, Belo Horizonte (MG) | Acervo do Agroecologia em Rede.

MEIO AMBIENTE

Diante das ameaças do agronegócio, experiências agroecológicas fortalecem a agrobiodiversidade

Para além de formas sustentáveis de produção de alimentos, os sistemas agroecológicos têm a diversidade na centralidade das suas práticas. As experiências conservam a biodiversidade ao cuidar de uma grande variedade de espécies crioulas e nativas – vegetais ou animais – e ao valorizar os alimentos de cada região e bioma. Das experiências mapeadas, 31,4% identificaram como foco a conservação da agrobiodiversidade (como banco de sementes e viveiros) ou a conservação e convivência com os territórios (campos, florestas, matas, rios e outros). Desse conjunto, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) têm grande expressividade e correspondem a mais de 10% do total de experiências.

Assim como são potentes as práticas, existem grandes ameaças à agrobiodiversidade dos sistemas agroecológicos. Como denunciam as experiências, as principais estão relacionadas ao agronegócio que, ao lançar mão do uso indiscriminado de agrotóxicos, plantios em monocultura e uso de transgênicos, coloca em risco as sementes crioulas, a saúde do solo e das águas, assim como a presença de vida – humana, animal e vegetal.

Entre os principais impactos das mudanças climáticas percebidos pelas experiências, temos o desaparecimento de: espécies e variedades vegetais nativas (36,2%), espécies animais na-

tivas (30,4%) e espécies e variedades vegetais agrícolas (19,7%). O desaparecimento dessas espécies desequilibra os sistemas agroalimentares, assim como produz significativa perda biocultural. Ainda se destaca a percepção do aumento de doenças nas criações animais em 12,3% das experiências.

Na contramão da hegemonia

Em resposta a esses impactos sentidos em todas as regiões do Brasil, as formas de enfrentamento das mudanças climáticas são múltiplas. A salvaguarda de sementes – que se refere a práticas de conservar sementes vegetais adaptadas aos territórios – aparece em 37,2% das experiências e a salvaguarda de raças crioulas de animais, em 9,2%. O mapeamento identificou diferentes iniciativas de salvaguarda, como casas e festas de sementes crioulas, processos coletivos de multiplicação de variedades e constituição de redes de guardiãs e guardiões de sementes.

Entre essas iniciativas, está a *Missão Sementes de Solidariedade*, uma ação coletiva articulada por 23 organizações e coordenada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e suas cooperativas, que tem por objetivo apoiar comunidades camponesas do Rio Grande do

Sul que foram afetadas por eventos socioambientais extremos. A ação distribuiu, em 2023 e 2024, sementes, mudas e ramas, além de garantir assistência técnica a comunidades atingidas. As doações alcançaram 59.318 kg de sementes de milho, 16.140 kg de sementes de feijão e 4.800 kg de sementes de arroz, entre outras variedades.

A pesquisa também identificou iniciativas da agricultura familiar que valorizam a criação de raças nativas de animais e raças adaptadas aos diferentes territórios, garantindo o bem-estar animal e formas de alimentação saudáveis e com autonomia. Essas experiências vão na contramão da atividade pecuária convencional, que tem reduzido consideravelmente as raças animais e instituído formas de criação baseadas na alimentação com rações transgênicas e em condições que favorecem o aparecimento de doenças.

A experiência *Valorização das Guardiãs das Raças Nativas na Agricultura Familiar no Semiárido Paraibano*, por exemplo, tem como foco as agricultoras e jovens guardiãs de raças nativas de animais (galinhas de capoeira, caprinos e ovinos), a construção de estratégias para cuidado dos animais – com oficinas sobre alimentação e sanidade – e a organização de fundos rotativos de animais de raças nativas.



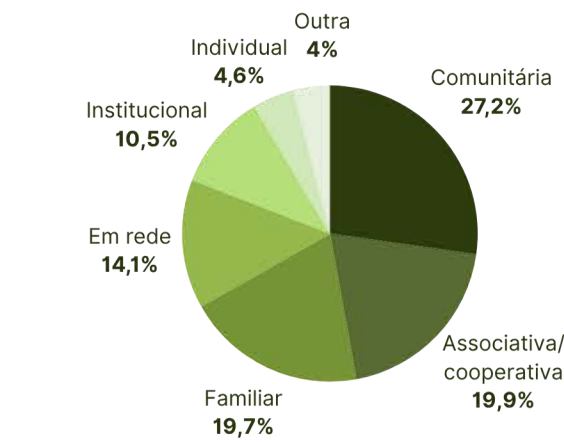
Missão Sementes de Solidariedade, Cruzeiro do Sul (RS) | Acervo do Agroecologia em Rede.



Valorização das Guardiãs das Raças Nativas na Agricultura Familiar no Semiárido Paraibano, Soledade (PB) | Felipe Teodoro.

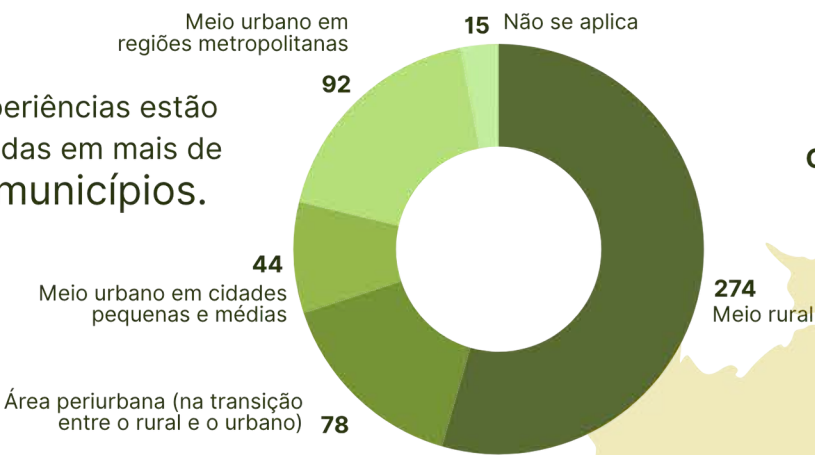
MAPEAMENTO EM NÚMEROS

FORMA DE GESTÃO DAS EXPERIÊNCIAS



LOCALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

As experiências estão localizadas em mais de **300** municípios.

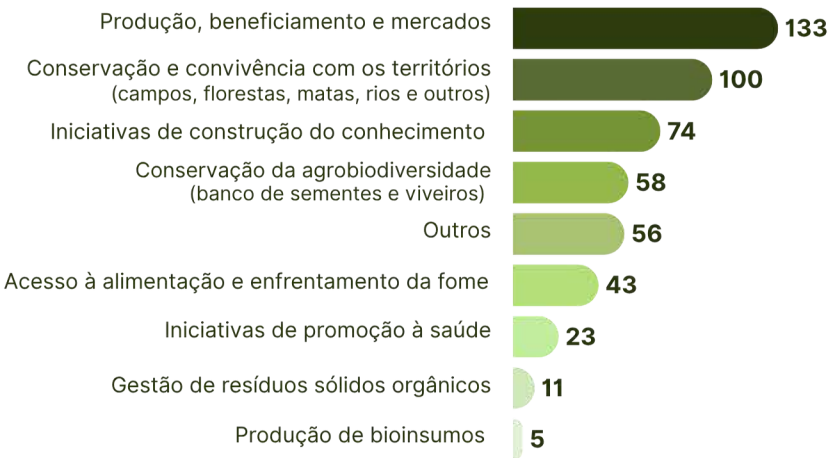


PARTICIPAÇÃO EM REDES E ORGANIZAÇÕES

70,8% Fazem parte de **ORGANIZAÇÕES**

58,4% Fazem parte de **REDES**

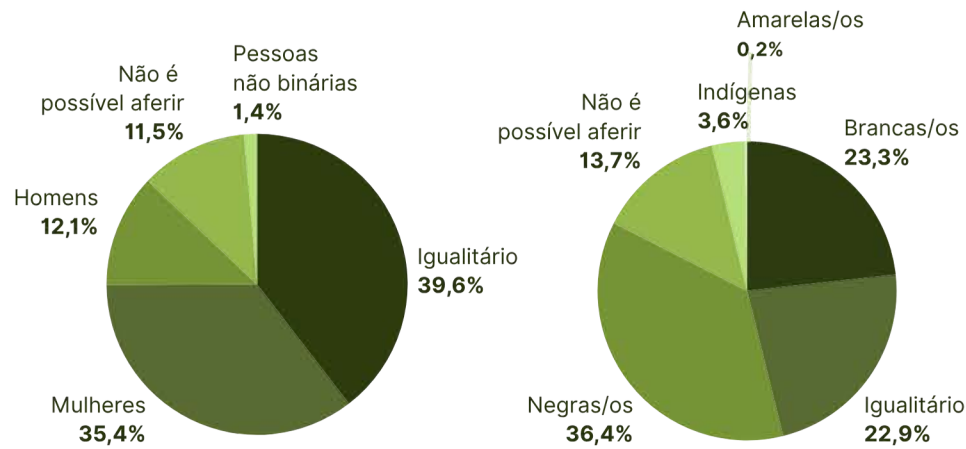
FOCO DE ATUAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS



* TEMAS COM OS QUAIS AS EXPERIÊNCIAS MAIS SE IDENTIFICAM



RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DAS EXPERIÊNCIAS

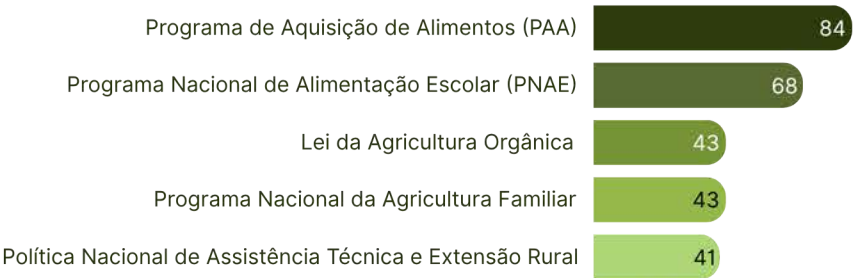


* QUEM PARTICIPA DAS EXPERIÊNCIAS



* PRINCIPAIS POLÍTICAS ACESSADAS

187 experiências acessam políticas públicas

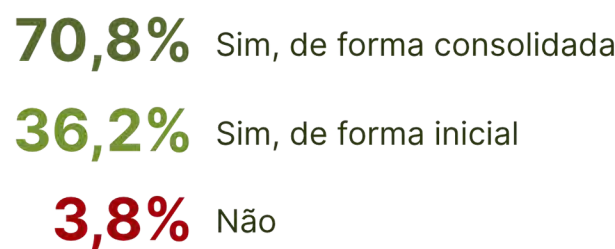


As mais de 500 experiências analisadas, em todos os estados do Brasil, apontam para os desafios provocados pelas mudanças climáticas, ao mesmo tempo que elucidam saídas.

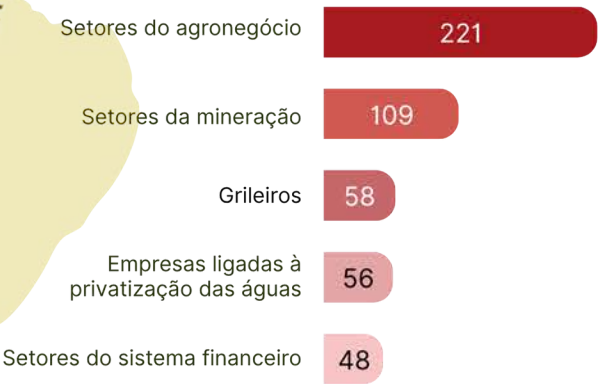
Mais de uma resposta podia ser marcada



O TEMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS TEM SIDO ABORDADO NO TERRITÓRIO?



PRINCIPAIS AGENTES QUE INTENSIFICAM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



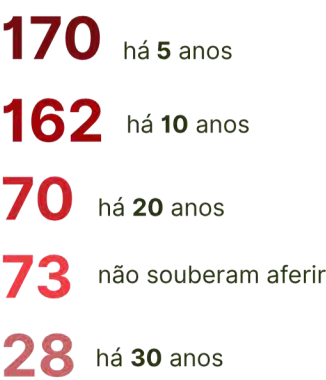
PRINCIPAIS FONTES DE AMEAÇA OU CONFLITOS ENFRENTADOS PELAS EXPERIÊNCIAS



NA PERCEPÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS, QUAIS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS POR ELAS ENFRENTAM OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?



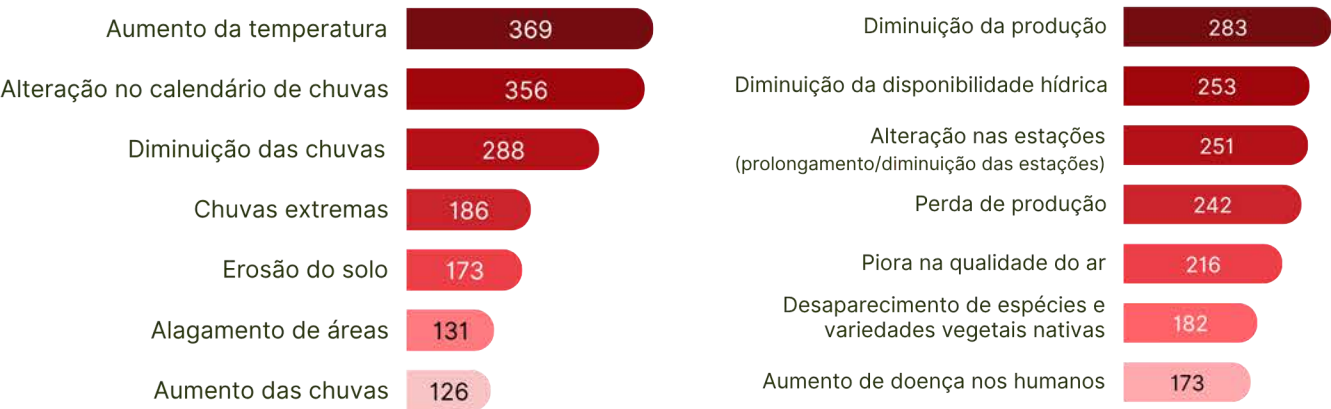
DESDE QUANDO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SÃO PERCEBIDAS NOS TERRITÓRIOS?



AÇÕES OU PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO DESENVOLVIDOS



PRINCIPAIS PERCEPÇÕES DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS TERRITÓRIOS





OPINIÃO

Agroecologia: um celeiro de soluções

Por Paulo Petersen*

Agroecologia no território, justiça climática no planeta. Essa é a expressão apresentada na mais recente peça da fiada de bandeirolas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Amplia-se, com ela, a galeria de mensagens que vem compondo a cenografia de encontros e reuniões da agroecologia realizados pelo Brasil afora. Cada bandeirola, com sua mensagem singular, relaciona a agroecologia a uma grande bandeira de luta popular. Quando vistas em conjunto, as mensagens da fiada revelam a pluralidade de interações estabelecidas pela agroecologia com variados movimentos sociais empenhados na superação das estruturas de poder geradoras de desigualdades sociais e da devastação ambiental.

Ao reunir essas múltiplas bandeiras de luta em uma só fiada, a agroecologia revela também que esses movimentos podem se relacionar mutuamente para que seja criada uma expressão coletiva vigorosa diante da hegemonia do capitalismo agrário. Essa articulação estratégica entre as pautas de diferentes movimentos sociais se torna realidade quando a fiada é tecida pela perspectiva socioambiental, tal como a adotada pela agroecologia. Isso significa dizer que as lutas sociais ganham capacidade de mobilização e consistência política se também assumidas como lutas ambientais e vice-versa.

A noção de *justiça climática* ressalta o caráter socioambiental das emergências climáticas. Ao fazê-lo, aponta para a real causa do fenômeno, ou seja, o funcionamento continuado e cada vez mais acelerado das mesmas engrenagens político-econômicas e culturais que aprofundam as injustiças sociais. De fato, a mais nítida manifestação de injustiça climática tem sido vista com crescente frequência no cotidiano das parcelas socialmente excluídas por essas engrenagens: são elas as que primeiro e mais profundamente são afetadas pelos efeitos locais das mudanças no clima global, embora não sejam elas as causadoras do problema.

A nova bandeirola, proposta pelo Grupo de Trabalho Justiça Climática e Agroecologia da ANA, é certa ao afirmar a centralidade das soluções locais para o enfrentamento da crise planetária. Uma afirmação que se contrapõe frontalmente às falsas soluções defendidas pelos controladores e maiores beneficiários das engrenagens do sistema dominante. São falsas porque se baseiam em premissas enganosas relacionadas a uma suposta capacidade dos mercados globais (leia-se grandes corporações empresariais) de regularem os sistemas agroalimentares para que eles reduzam suas emissões e se adaptem às já inevitáveis mudanças climáticas.



Os achados identificados nas mais de 500 experiências de “agroecologia no território” cadastradas em mapeamento coordenado pela ANA indicam onde devem ser buscadas as iniciativas capazes de encher o “celeiro de soluções” que podem efetivamente transformar os sistemas agroalimentares com a profundidade e a urgência necessárias. Embora possua um caráter exploratório, o acervo mapeado revela a imensa diversidade de iniciativas construídas a partir da mobilização de famílias, organizações e redes da sociedade civil presentes em territórios rurais e urbanos em todo o país. Com ou sem apoio de políticas públicas, essas experiências demonstram que o “modo agroecológico” de se relacionar com a natureza para organizar a produção, a distribuição e o consumo de alimentos promove a soberania e segurança alimentar e nutricional e a saúde coletiva, além de criar as reais e urgentes soluções para as emergências climáticas.

*Paulo Petersen é coordenador executivo da AS-PTA, membro do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Enviado Especial para Agricultura Familiar à COP30.



ECONOMIA

A economia brasileira da agroecologia rumo à justiça climática

Cuidar do solo, garantir boas sementes, cultivar a terra, colher. E depois? Para onde vão os alimentos produzidos pela agricultura familiar? Diferentemente dos sistemas agroalimentares hegemônicos, em que a venda é, muitas vezes, o único objetivo da produção de alimentos, nos sistemas agroecológicos o destino da produção é múltiplo, incorporando a venda, mas também o autoconsumo das famílias, as doações e as trocas.

A construção social de mercados, a economia solidária e outras formas de economia foram temas identificados como relevantes por 40% das experiências analisadas no “Mapeamento Agroecologia, Território e Justiça Climática”.

Das iniciativas que indicaram ter como foco a produção e beneficiamento e a construção social de mercados, as feiras assumem protagonismo no destino da comercialização, alcançando 14,5% do total. Elas são fundamentais no campo da agroecologia e constituem espaço de trocas de saberes, valorização cultural e garantia de acesso a alimentos frescos, saudáveis e sazonais.

Os mercados institucionais também apresentam expressividade na economia da produção de alimentos agroecológicos. Apesar de grande parte das experiências não acessar políticas públicas, nos casos em que acessam, destaca-se a comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais asseguram alimentos saudáveis a populações vulneráveis e em situação de insegurança alimentar e nutricional e a crianças e adolescentes nas escolas públicas em todo o país.

Outra política pública destacada é a Lei da Agricultura Orgânica. Entre as diferentes formas de garantia da qualidade da produção, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) costuram redes de produção, construção de conhecimento e desenvolvimento sustentável regional.

O grupo *Orgânicos Jequitinhonha*, por exemplo, formado por famílias agricultoras do Alto Jequitinhonha (MG), tem, atualmente, 25 famílias certificadas. Como relatado pelo grupo, “as práticas adotadas incluem a substituição

de técnicas convencionais por métodos agroecológicos, como o uso de compostagem, o controle biológico de pragas e o manejo sustentável do solo e da água. Toda a produção é livre de agrotóxicos, com foco na preservação da saúde dos consumidores, dos próprios agricultores e do meio ambiente. [...] Além de promover a saúde e a segurança alimentar, os produtos ganham valor agregado, permitindo o acesso a programas públicos como o PNAE e o PAA, que oferecem até 30% a mais de remuneração para alimentos orgânicos”.

Essas experiências promovem a democratização dos sistemas agroalimentares, pois se contrapõem à competitividade, à produção de alimentos ultraprocessados, ao entendimento do alimento enquanto mercadoria, ao uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos e ao consumo excessivo de combustíveis fósseis. A economia da agroecologia, ao contrário, se baseia no princípio da reciprocidade e na garantia do acesso a alimentos saudáveis, além de valorizar os circuitos curtos de produção e consumo, a sazonalidade dos alimentos e a saúde dos sistemas de produção.

Jogo dos 7 erros



SAÚDE

Saúde das pessoas e do ambiente e vigilância popular integram experiências de agroecologia no enfrentamento das mudanças climáticas



Sementes Urbanas, Mossoró (RN) | Layanne Alencar.



É na interseção entre gênero e segurança alimentar e nutricional que as mulheres do bairro Pintos, em Mossoró (RN), têm construído caminhos para a saúde mental. A horta comunitária para alimentação das famílias e comercialização é também espaço de partilha sobre temas importantes, como violência, racismo e desigualdades de gênero. O aumento da temperatura e o adoecimento das pessoas – doenças cardíacas, diminuição da imunidade e adoecimento mental – estão entre suas percepções sobre as mudanças climáticas.

Em consonância com os resultados do mapeamento, um estudo publicado recentemente no periódico Nature Climate Change destaca como o aumento da temperatura do planeta está associado a riscos para a saúde e à mortalidade humana por doenças cardiovasculares. As/os pesquisadoras/es apontam também que o calor excessivo pode provocar estresse térmico, afe-

tando negativamente o humor, a saúde mental e o desempenho no trabalho.

Promoção da saúde foi foco de 23 experiências, com destaque para produção de plantas e ervas medicinais e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). No entanto, a saúde aparece de forma mais ampliada quando se analisa o tema “Práticas de cuidado em saúde e medicina tradicional”, com o qual 103 experiências se identificaram. Esse dado revela interfaces entre saúde e agroecologia no enfrentamento das mudanças climáticas, a exemplo das chamadas agroflorestas medicinais.

No caso da experiência desenvolvida no bairro Paranazinho, zona periférica de Piên (PR), a família do *Sítio Espaço Florescer* tem se dedicado à produção de alimentos agroecológicos, à salvaguarda de sementes e às plantas medicinais. Integrada à Rede de Sementes da Agroecologia (ReSA), a experiência contribui para a conservação da biodiversidade em tempos de transformação do clima. As plantas medicinais cultivadas destinam-se ao Programa Farmácia Verde, do Sistema Único de Saúde (SUS).

O trabalho desenvolvido pela família demonstra a indissociabilidade entre saúde e práticas que garantem alimento e ambiente saudáveis, ao mesmo tempo que também tem lugar institucional.

A combinação entre institucionalidade e práticas de saúde também é referencial das experiências de vigilância popular em saúde. A experiência de pesquisa-ação conduzida em parceria pelo Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem como foco compreender as mudanças do clima em dois territórios: no Ceará, na aldeia indígena Mundo Novo, povo Potyguara, em atenção aos longos períodos de estiagem; e no Rio Grande do Sul, no assentamento Santa Rita de Cássia II, atingido pelas enchentes de 2024. O objetivo é levantar especificidades e pontos em comum para a construção de um guia de vigilância popular que inspire estratégias de ação e monitoramento em outros territórios.

CIDADANIA

Valores incompatíveis

Soluções baseadas em métricas de carbono limitam compreensões sobre as mudanças climáticas

Ao menos 28 grupos estão envolvidos nas 503 experiências de agroecologia mapeadas. São agricultoras/es familiares, camponesas/es, educadoras/es, estudantes, agricultoras/es urbanas/os, jovens, povos e comunidades tradicionais, crianças e extensionistas rurais, para citar uma pequena parcela. Além da diversidade de envolvidas/os, 35,4% das experiências são geridas por mulheres. As pessoas negras são responsáveis por 36,5% das experiências e as indígenas, por 4%. As mulheres negras aparecem como responsáveis por 95 (18,9%) experiências. No que se refere à gestão das experiências, as estratégias coletivas se destacam, especialmente a gestão comunitária (27,2%), a associativa/cooperativa (19,9%), a familiar (19,7%) e em rede (14,1%).

Duas inferências podem ser extraídas daí: a primeira trata da construção coletiva da agroecologia, em que os significados são constituídos pelos diferentes sujeitos em seus territórios, ou seja, ganham corpo à medida que se conectam com as singularidades de determinada realidade. A segunda é a evidência de que as soluções para as mudanças climáticas devem se orientar por princípios como diversidade, coletividade e justiça social, de classe, gênero e raça.

Quase 50% das experiências percebem que a organização de grupos e comunidades é uma prática que contribui para o enfrentamento das mudanças climáticas. Isso revela um esforço de

driblar o imaginário social sobre as mudanças climáticas, pautado fortemente na aferição de carbono, como discute a pesquisadora Camila Moreno em seus estudos sobre o tema.

A construção coletiva do conhecimento, citada por 268 experiências, aparece como uma proposta de reverter essa abstração do carbono, estabelecendo conexões entre os gases atmosféricos e as facetas cotidianas da transformação do clima. Essa abordagem também destaca como as pessoas são afetadas por essas mudanças e como têm desenvolvido caminhos de enfrentamento, adaptação e mitigação.

Esse é o caso da experiência realizada na região amazônica, no município de Morros (MA). Ali, a Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Povoado Patizal conta com 43 membros de 10 diferentes povoados. Juntas/os, constituíram o Acordo Socioambiental da Associação, instrumento de gestão territorial que reúne regras de condutas coletivamente definidas no cuidado com os bens comuns.

Agricultoras/es envolvidas/os na experiência identificaram que as nascentes e os corpos d’água têm sido duramente afetados pelas mudanças do clima, devido à irregularidade das chuvas, ao aumento da temperatura e à redução da umidade do solo. Práticas adequadas para proteção ambiental e manejos adequados do solo e da água são estratégias previstas para

assegurar a continuidade da produção agrícola e a qualidade de vida no território.

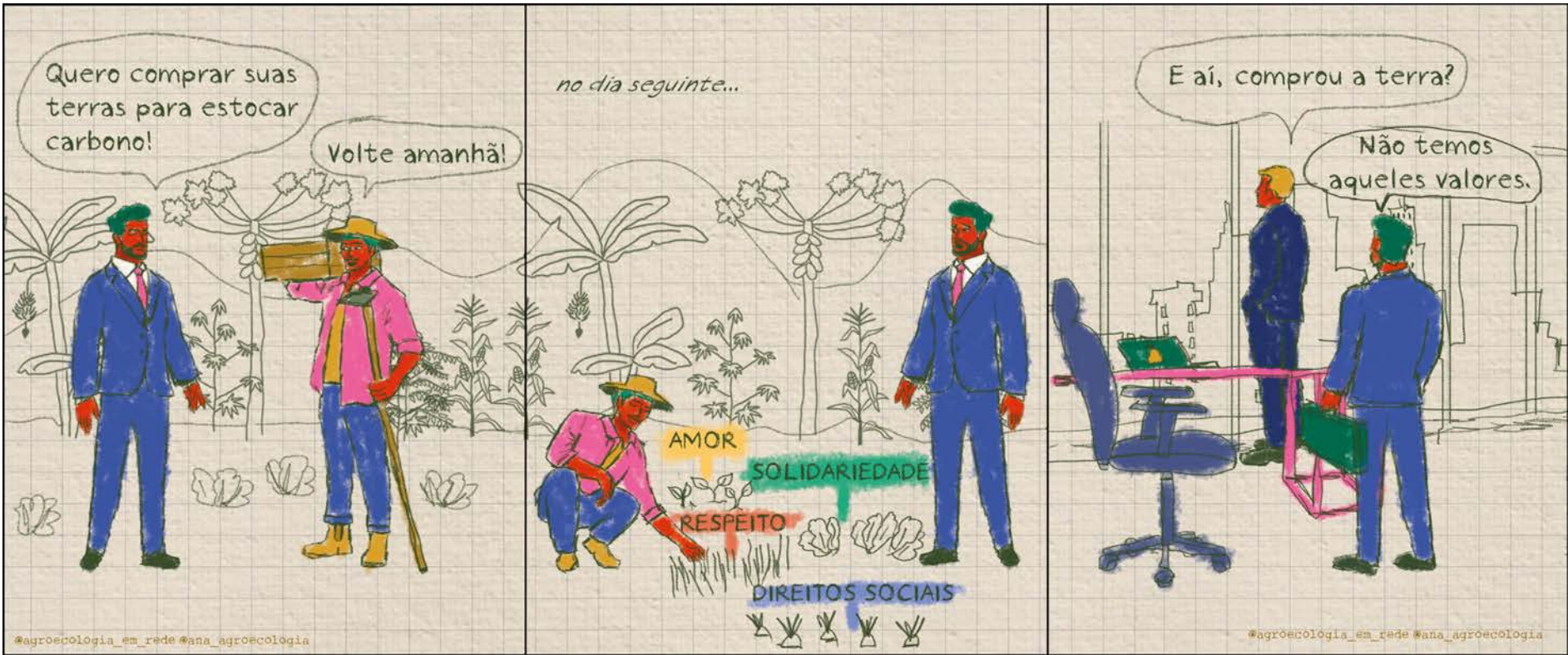
Já nas seis aldeias da Terra Indígena Cachoeirinha, em Miranda (MS), *Guardiões do Clima* é o nome da ação de formação de lideranças indígenas junto a crianças e juventudes atentas à transformação do clima, a partir das referências tradicionais e do diálogo com os conhecimentos científicos. Para Ariadnny Antônio Cebalio, de 18 anos,

“Ser uma Guardiã do Clima é entender e conhecer o meu território para, assim, achar uma solução lógica de melhora”.

Nas palavras de Alexandre de Arruda Antônio, de 16 anos,

“Cuidar do clima e do território não é responsabilidade só de quem vive aqui, mas de todos. A natureza é nossa casa comum e precisa de união e respeito”.

Das singularidades dos territórios à construção coletiva de soluções, as experiências apontam que não é possível enfrentar as mudanças do clima de forma individualizada, tampouco a partir de racionalidades limitadas à quantificação, compra e venda de carbono.



Fonte: Agroecologia em Rede

Horóscopo

Áries
(21 de março a 20 de abril)
Se engaje na ação climática!

Touro
(21 de abril a 20 de maio)
Coma e compartilhe muita comida agroecológica.

Gêmeos
(21 de maio a 20 de junho)
Muita gente não conhece a justiça climática. Use seu poder de comunicação!

Câncer (21 de junho a 22 de julho)
Não chora, não! Ainda tem muita esperança por aí!

Leão
(23 de julho a 22 de agosto)
Você vai brilhar tanto que pode liderar a mudança climática no seu território!

Virgem
(23 de agosto a 22 de setembro)
Feito é melhor que perfeito! Não espere a ação climática impecável, coloque-a na rua!

Libra
(23 de setembro a 22 de outubro)
Sua habilidade de mediar conflitos é fundamental para a justiça climática!

Escorpião
(23 de outubro a 21 de novembro)
Use seu poder de transformação para apoiar uma causa.

Sagitário
(22 de novembro a 21 de dezembro)
Sua determinação é essencial para a transformação do mundo. Use-a com sabedoria!

Capricórnio
(22 de dezembro a 20 de janeiro)
Seja mais paciente com as outras pessoas e trabalhe com sua comunidade.

Aquário
(21 de janeiro a 19 de fevereiro)
Não basta ser visionária/o, seja a grande liderança para a justiça climática!

Peixes
(20 de fevereiro a 20 de março)
Você não vive no mundo da Lua. Ponha os pés no chão e ajude a transformar seu território!

TECNOLOGIA

Tecnologias sociais transformam territórios e reforçam resiliência da agricultura familiar

Importantes tecnologias sociais são criadas e multiplicadas nos territórios frente a tantos impactos provocados pelas mudanças climáticas. As consequências são sentidas pelas agricultoras e pelos agricultores e afetam a produção, a biodiversidade e a vida em geral das famílias – com destaque para o aumento da temperatura, mudanças nos regimes de chuva, desertificação, entre outros.

Para além de ações e recursos individuais, a agroecologia afirma a urgência e a potência de compreender que os bens comuns da natureza precisam ser pensados tendo em vista a gestão comum, partilhada e cuidadosa. É preciso romper com a ideia de que podemos tratar da água, do solo, do ar, das sementes e das florestas de forma isolada e individualizada.

A contaminação de rios e de lençóis freáticos, o desaparecimento de nascentes, a contaminação das sementes crioulas por sementes transgênicas, entre outros fatores, afetam os ecossistemas de forma abrangente e coletiva. No entanto, é preciso ressaltar que os impactos das mudanças climáticas são desiguais, atingindo especialmente populações e territórios mais vulneráveis.

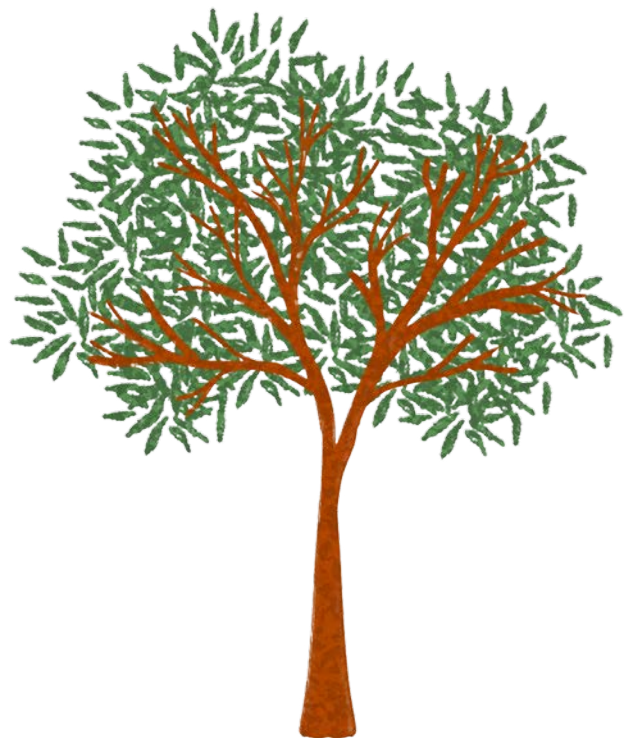
Das 503 experiências analisadas, 374 identificaram no mapeamento que realizam a gestão comum da terra e do solo, 331 da água, 303 das sementes, 223 das florestas, 223 das matas e 184 dos rios, por exemplo. Lagoas, açudes, mares, mangues, campos e várzeas também aparecem como bens da natureza com gestão comum, demonstrando a importância do cuidado com o território.

Especialmente em relação à gestão da água, fundamental à produção agrícola e sensível ao contexto de degradação ambiental, têm destaque, nas experiências mapeadas, as práticas de enfrentamento de impactos das mudanças climáticas a partir do manejo da água (42%), tratamentos ecológicos de esgoto doméstico (biofossas, fossa ecológica, círculo de bananeira etc.) (26,2%), fossa bananeira (23,9%), cisternas e captação de água de chuva (22,3%) e barraginhas ou caixas de contenção de enxurradas/caixas secas (9,3%).

No Rio Grande do Sul, agricultoras/es têm sofrido prejuízos nas suas atividades agropecu-

árias devido à irregularidade do regime hídrico, intercalando períodos de estiagens severas e chuvas intensas. Uma experiência em Rolante (RS) identifica que o município “conta com boa disponibilidade hídrica de rios e nascentes. Por outro lado, tem sofrido constantes danos ambientais, como enchentes na zona urbana, deslizamentos de terras, assoreamento dos rios e destruição das plantações por causa das enxurradas”. Um projeto de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Rolante atua no mapeamento de nascentes, junto aos órgãos municipais, e no registro, identificação da situação de proteção e avaliação da quantidade e qualidade da água vertida da fonte. A partir disso, são realizadas práticas de recuperação e preservação das nascentes, como plantio de mudas de árvores nativas para formação de mata ciliar, cercamento para evitar acesso de animais à fonte, limpeza do local e montagem de estrutura para filtrar e coletar a água para os diversos usos nas propriedades.

As tecnologias sociais se ancoram no uso consciente dos bens comuns da natureza, amadurecendo e multiplicando, nas comunidades, métodos, ferramentas e processos adaptados às necessidades, desafios e contexto local. Esse desenvolvimento tecnológico protagonizado pelas experiências tem resultado direto na melhoria da produção agroecológica, no aumento da resiliência às mudanças climáticas e na qualidade de vida das populações.



COMUNICAÇÃO

Comunicação para justiça climática

Mapeamento identifica que 95% das experiências de agroecologia analisadas desenvolveram práticas de comunicação para divulgar suas ações

A importância da comunicação no fortalecimento das experiências de agroecologia diante das mudanças climáticas foi aspecto central destacado no mapeamento. Do total de 479 experiências que desenvolveram práticas de comunicação, 86% consideraram que as ações e produtos elaborados foram fundamentais para o avanço das iniciativas.

Ao analisar mais detalhadamente os dados coletados, constatou-se que a contribuição da comunicação se deu de diferentes maneiras. Entre as respostas mais frequentes, destacam-se as seguintes afirmações relacionadas às práticas comunicacionais: apoio na divulgação dos benefícios da agroecologia para o enfrentamento da emergência climática (58,4%); suporte ao desenvolvimento dos processos de construção de conhecimentos (57,3%); contribuição na mobilização de mais agricultoras/es para participar da iniciativa (56,7%); e combate à desinformação (41,2%).

A pesquisa mostrou, ainda, que as formas ou os canais de comunicação utilizados pelas iniciativas foram diversos. Sobre essa questão, é interessante observar como o crescimento do acesso à internet e ao telefone celular no Brasil nas últimas décadas proporcionou que o ambiente digital, principalmente as redes sociais, fosse um meio muito usado pelas experiências para divulgar suas ações. O Instagram foi a plataforma mais utilizada, sendo citado em 74% das experiências, seguido pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, mencionado em 60,2%.

No entanto, deve-se ressaltar que as atividades presenciais também foram apontadas como espaços fundamentais de comunicação. As reuniões nas comunidades e as feiras foram consideradas canais prioritários de divulgação por, respectivamente, 42,3% e 32,4% das experiências.

No que diz respeito às ações realizadas, além da divulgação nas redes sociais e dos momentos presenciais, a produção de cartaz, folder ou banner foi mencionada em 42,1% das respostas. Outra prática que merece destaque e foi citada por cerca de 30% das experiências é a estruturação de rede de comunicadoras/es populares nos territórios.

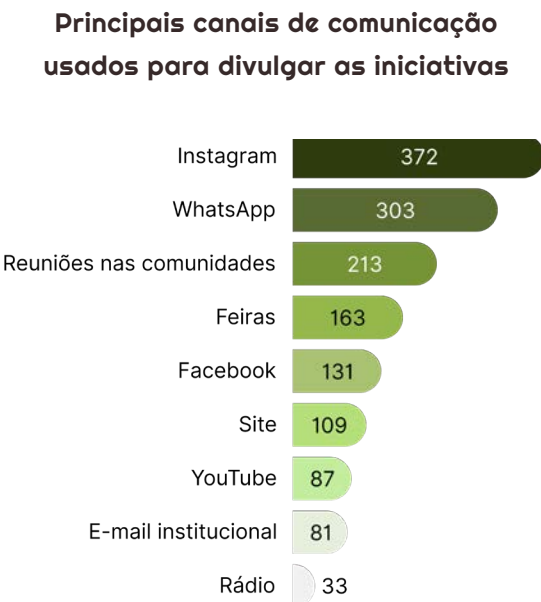
O peso da desinformação

As respostas do mapeamento revelaram também que, entre os fatores que intensificam os impactos das mudanças climáticas, estão veículos da mídia comercial (jornais, rádios, emissoras de TV), sites e redes sociais. Nas questões abertas do mapeamento, foram identificados vários aspectos que apontam como os meios de comunicação podem agravar a crise climática, entre eles, a disseminação intencional de notícias falsas (fake news) ou distorcidas com o objetivo de desinformar a população.

Uma das experiências destacou que “em muitos casos, os meios tradicionais de TV minimizam ou ignoram a gravidade das mudanças climáticas, tratando eventos extremos como ‘acidentes climáticos’ sem discutir causas estruturais”.

Outro exemplo citado no mapeamento se refere ao fato de que a narrativa predominante da mídia comercial reforça o imaginário que coloca

o agronegócio como sinônimo de desenvolvimento econômico e progresso e o uso de agrotóxicos e transgênicos como imprescindíveis para a produção de alimentos. No entanto, pouco se fala, nesses meios, sobre os impactos sociais e ambientais desse modelo e sua relação direta com as mudanças climáticas.



Agroecologia e Justiça Climática

As palavras desse caça-palavras estão escondidas na horizontal, na vertical e diagonal, sem palavras ao contrário.

A C C O M P O S T A R E
G A E L I E T H E E D I
R R U O T D T U H C S E
O B O E I C H W U S A O
F O E H G L H M E I H E
L N R A A I N N R C I T
O O C L Ç M T S I N T R
R O I T Ã A H I N H C I
E I E W O V O T T I B E
S F L E N C H E N T E E
T W H A L A V Y U N L D
A T C A D A P T A Ç Ã O

SECA ENCHENTE CLIMA AGROFLORESTA
MITIGAÇÃO COMPOSTAR CARBONO ADAPTAÇÃO

PREVISÃO DO TEMPO

Sem Clima para falsas soluções

Agroecologia nos territórios é caminho possível e urgente para justiça climática no planeta



Hortas pedagógicas no currículo escolar: cultivando educação ambiental, climática e alimentar, Rio de Janeiro (RJ)
| Yayenca Yllas.

No imaginário social brasileiro, longas estiagens são características associadas, em geral, ao Semiárido ou à Caatinga. Porém, a análise das experiências mapeadas identificou que “emergência hídrica” foi a categoria utilizada para descrever a diminuição pluviométrica no bioma Pampa, localizado na Região Sul do país. Redes e organizações têm atuado ali para implementação de sistemas de captação e armazenamento de água da chuva em comunidades quilombolas. Essa vivência cotidiana de estiagem reafirma a situação de instabilidade e fragilidade diante da qual o planeta se encontra.

O comportamento regional também é crucial para analisar outro dado que desafia o imaginário social: 20,8% das experiências da

Amazônia apontaram que há secas na região. A percepção de aumento da temperatura foi a mais assinalada pelas experiências, chegando a 73,4%. Em termos regionais, a Amazônia e o Nordeste tiveram índices acima da média nacional, 81% e 82%, respectivamente. Na maior floresta tropical do mundo e na região semiárida estão, também, a maior quantidade de percepções sobre desertificação: 20,8% e 29,1%. Em termos de biomas, os dados são explícitos: seca no Pampa, na Amazônia e na Caatinga.

Em sequência ao aumento da temperatura, cinco categorias apontam para transformações no ciclo da água: alteração no calendário de chuvas (70,8%), diminuição das chuvas (57,3%), chuvas extremas (37%), alagamento de áreas

(26%) e aumento das chuvas (25%). A alteração no calendário de chuvas dialoga diretamente com todas elas, pois trata tanto de distribuição pluviométrica ao longo do ano quanto de fenômenos extremos que não podem ser previstos. Essas alterações aparecem associadas, ainda, à percepção de como a crise climática têm contribuído para a erosão do solo (34,4%).

Não seria difícil concluir que a base da agricultura está sendo profundamente impactada. Antes disso, porém, é preciso explicitar que água e solo organizam as condições de vida das experiências. As pessoas estão mais distantes das fontes de água (14,3%), há um aumento de doenças nos humanos (34,4%) e um desequilíbrio estabelecido no ambiente, aferido, dentre tantas percepções, pelo desaparecimento de espécies e variedades vegetais nativas (36,2%).

Sendo o maior responsável pelas mudanças climáticas no Brasil, o sistema alimentar hegemônico mina as soluções provenientes dos territórios, da agricultura de base familiar e da agroecologia. A diminuição da produção foi percebida por 56,3% das experiências, enquanto 48,1% afirmaram ter tido perda de produção. As mudanças climáticas podem aprofundar a insegurança alimentar e nutricional no país, significando não somente a diminuição da quantidade de alimentos disponíveis, mas de alimentos saudáveis, produzidos de forma justa e adaptados às condições socioecológicas dos territórios. Se, como já alertava o periódico The Lancet em 2019, vivemos uma sindemia global que combina três pandemias – obesidade, subnutrição e mudanças climáticas –, o que mais é preciso para reconhecer onde estão as verdadeiras soluções?

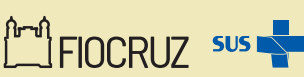
REALIZAÇÃO



COORDENAÇÃO



PARCERIA



APOIO



A versão digital do jornal **No Clima da Agroecologia** e mais informações sobre o “Mapeamento Agroecologia, Território e Justiça Climática” podem ser acessadas em www.agroecologia.org.br no seu navegador ou pelo QR code.